



A (in)disponibilidade de assistência técnica e extensão rural no Assentamento Bonjaguá, Marcelândia, Amazônia mato-grossense

Daniel Aparecido da Silva¹
Wagner Gervazio²
Ricardo Felito³
Mahal Massavi Evangelista⁴

Resumo: Os programas de extensão rural são vistos como um elo entre agricultores, pescadores e outros atores em ações e estratégias para o desenvolvimento rural. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo realizar um levantamento para verificar a situação atual do serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) no Assentamento Bonjaguá, Marcelândia, MT. Foi utilizado questionário estruturado com 37 perguntas abertas e fechadas. Foram entrevistados 30 agricultores familiares. Somente 33% dos agricultores familiares do Assentamento Bonjaguá recebem algum tipo de serviço de ATER e a grande maioria, 67%, não têm acesso à serviços essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar. Para os agricultores familiares, o maior problema relacionado à assistência técnica e extensão rural se dá pela falta de investimento, resultando na ausência de serviços e ações técnicas especializadas. Novos estudos devem ser realizados para propor soluções que contribuam com a resolução dessa problemática, que permitam que os agricultores participem da identificação de soluções aos seus problemas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Mato Grosso; política pública.

The technical assistance and rural extension in the Bonjaguá Settlement, Marcelândia - MT

Abstract: Rural extension programs are seen as a link between farmers, fishermen and other actors in actions and strategies for rural development. In this context, this study aimed to carry out a survey to verify the current situation of the technical assistance and rural extension service (TARES) in the Bonjaguá Settlement, Marcelândia, MT. A structured questionnaire with 37 open and closed questions was used. 30 family farmers were interviewed. Only 33% of family farmers in the "Bonjaguá" Settlement receive some type of TARES service and the vast majority, 67%, do not have access to essential services for the development of family farming. For family farmers, the biggest problem related to technical assistance and rural extension is the lack of investment, resulting in the absence of specialized technical services and actions. New studies must be carried out to propose solutions that contribute to the resolution of this problem, which allow farmers to participate in the identification of solutions to their problems.

Keywords: Family farming; Mato Grosso; Public policy.

¹Engenheiro agrônomo, Universidade do Estado de Mato Grosso (Campus Alto Araguaia) - UNEMAT.

²Pós-doutorando no Departamento de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Autor correspondente: wagnergervazioengagro@gmail.com

³Professor substituto no Instituto Federal de Mato Grosso - Campus de Alta Floresta - IFMT.

⁴Atualmente atua como professor no curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências Agrárias e Biológicas da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

Introdução

Estima-se que 50 a 80% dos alimentos básicos consumidos nos países do terceiro mundo são produzidos por agricultores familiares, pescadores e criadores de gado (PYE-SMITH *et al.*, 2012). No Brasil, a agricultura familiar é praticada em 77% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil e por 3,9 milhões de estabelecimentos, com área de 80,9 milhões de ha, o que corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2017). Este contexto evidencia a importância da agricultura familiar no abastecimento do mercado interno de alimentos.

Para contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar, no Brasil, agências públicas, privadas e organizações não-governamentais oferecem serviços de assistência técnica e extensão rural. Os programas de extensão rural são vistos como um elo entre agricultores, pescadores e outros atores dos programas de desenvolvimento rural (MAULU *et al.*, 2021). Em seu sentido amplo, extensão refere-se a “[...] um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, 2010).

Após um período de inexistência de políticas públicas consistentes para a Assistência Técnica e Extensão Rural, surgiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) em 2003 (SANDES; TENÓRIO, 2020). O objetivo da extensão rural é difundir e transferir técnicas de trabalho, produção e comercialização úteis e sustentáveis aos produtores rurais por meio de métodos educativos, sendo o extensionista elemento-chave do serviço de extensão rural (ARAÚJO, 2007). A PNATER de 2003, tendo como suporte os princípios do desenvolvimento sustentável, propôs mudanças na Assistência Técnica e Extensão Rural brasileira, buscando romper com o difusionismo e com as práticas tecnicistas (SANDES; TENÓRIO, 2020).

Apesar da importância da agricultura familiar no mundo e no Brasil, os serviços de assistência técnica, de extensão rural e de pesquisa ainda são insuficientes para atender a todos os agricultores familiares. O suporte técnico para a agricultura familiar é, muitas vezes, negligenciado (LABARTHE; LAURENT, 2013). Nesse aspecto, os agricultores familiares e outros atores do desenvolvimento rural precisam de melhor acesso a informações técnicas, conhecimento e assistência para melhorar seus meios de subsistência (SIKHWENI; HASSAN, 2013; MAULU *et al.*, 2021).

Considerando a importância da agricultura familiar, da assistência técnica e da extensão rural, faz-se necessário diagnósticos e processos investigativos que contemplem os diferentes contextos das práticas de assistência técnica aos agricultores familiares. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo realizar

levantamento para verificar a situação atual do serviço de assistência técnica e extensão rural no Assentamento Bonjaguá, Marcelândia, MT.

Para atender a esse objetivo, foi realizada uma revisão de artigos publicados anteriormente em revistas científicas e uma pesquisa de campo. Este artigo está organizado em três seções, além da introdução. A primeira delas diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados para realizar a pesquisa. A segunda seção apresenta os resultados e a discussão à luz da literatura científica atualizada. E por fim, as considerações finais, com destaque para os principais resultados.

Materiais e métodos

Área de estudo

O estudo foi realizado no Projeto de Assentamento (P. A.) Bonjaguá, município de Marcelândia, localizado no norte do estado de Mato Grosso ("latitude 11°05'22" sul e longitude 54°27'02" oeste), distante 713 km da capital Cuiabá. No dia 7 de dezembro de 1980 foi oficialmente fundado o patrimônio de Marcelândia onde somente em 13 de maio de 1986 pela Lei n.º. 4992, posteriormente alterada pela Lei n.º. 6692, Marcelândia tornou-se município.

O município está a uma altitude média de 290 metros, clima do tipo Equatorial quente e úmido, com estações definidas de até cinco meses de seca, de junho a setembro, e nas épocas de chuvas obtendo uma precipitação anual de 2500 mm, com temperatura média anual em torno de 24°C (IBGE, 2010). Marcelândia possui sete tipos de solos, segundo dados do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso, tendo uma predominância de 64,29% da área total do município do tipo de solo classificado como Latossolo Vermelho-Escuro, localizado em toda a porção Leste e sul do município.

Pertencem à Marcelândia as localidades: Vila Analândia, Comunidade Santa Rita do Norte e o P. A. Bonjaguá que está a 35 km do centro do município. O processo de ocupação da área do P. A. Bonjaguá, teve início no ano de 1984, com apoio do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para a conquista da terra, os agricultores familiares fizeram dois acampamentos, sendo o segundo na área onde seria o P. A. Em 1985 houve aumento no número de famílias na ocupação da área e conflitos com o proprietário (Spanholi *et al*, 2015). Em 1993 se deu negociação para a compra da área e em 1994, a área foi desapropriada. O P. A. Bonjaguá foi criado em 1995, com capacidade de assentar 375 famílias.

Os lotes do Bonjaguá possuem em média 30 hectares. Uma área do Assentamento foi destinada para a construção de casas, área está conhecida como vila. Na vila foi estabelecido um posto de saúde, escola, igrejas, supermercados e centro de tratamento de água (ETA). No Bonjaguá, há também, uma área verde destinada a Escola Curumim, a qual é uma das poucas áreas registradas e documentadas do município como reserva legal onde pode ser

aproveitada para visitas e pesquisas.

Procedimentos metodológicos

Foi empregado o método de pesquisa quantitativa, utilizando questionário estruturado (GIL, 1999) com 37 perguntas abertas e fechadas para orientar e obter os dados necessários para aprofundamento nas questões relacionadas à assistência técnica e extensão rural. O questionário é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999).

A princípio, o questionário foi aplicado como teste de acordo com Richardson *et al.* (2012), que citam que é essencial realizá-lo e recomendam que o questionário seja testado na forma de pré-teste, visando ajustar as perguntas formuladas.

A aplicação do questionário foi feita visitando os agricultores familiares em suas residências. Foi abordado e explicado o motivo da pesquisa, apresentado o questionário e perguntado se o agricultor teria interesse e disponibilidade para responder. Foram entrevistados 30 agricultores familiares do assentamento que aceitaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

Socioeconomia do Assentamento Bonjaguá

O Assentamento teve início a cerca de 27 anos, porém, só foi definitivamente regularizado para apropriação de uso pelo INCRA em 1997. O Bonjaguá foi criado com 375 lotes, porém, devido a vários fatores e dificuldades enfrentadas pelos agricultores, atualmente não há moradores em todos os lotes. Muitos deixaram as áreas e venderam o direito de posse para outros agricultores, que compraram uma ou mais propriedades.

A maioria dos agricultores familiares (60%) residia em diferentes estados na região centro-oeste antes de se mudarem para o Assentamento Bonjaguá. A criação do assentamento foi o que levou os agricultores familiares à região, para trabalharem com a pecuária de corte.

Os agricultores familiares relataram que quando chegaram no assentamento havia grande dificuldade de se manterem devido à falta de políticas públicas que ajudassem no investimento nas propriedades. Muitos deixaram, abandonaram suas propriedades e foram atrás de outras atividades, fora do assentamento para garantir renda. Assim, novas pessoas compraram os direitos de posse da terra dos assentados.

Com a falta de ATER, de pesquisas e acompanhamento, os agricultores familiares estão arrendando suas propriedades para o plantio de culturas como

arroz, soja e milho. Outros estão deixando as propriedades à deriva com baixa capacidade de produção e trabalhando em outras atividades para poderem se sustentar.

Dos 30 agricultores familiares que foram entrevistados, 44% possuem entre 16 e 24 anos que estão na propriedade; 40% entre 6 e 15 anos e 16% entre 1 e 5 anos morando no Assentamento. Observa-se, nesse caso, que a maioria dos agricultores está no Assentamento, desde o início.

Com relação à idade dos agricultores familiares entrevistados, a maioria está entre 40 e 50 anos de idade (24%) e acima de 50 anos de idade, foram 21%. A idade média das pessoas entrevistadas foi de 45,9 anos (47,9 anos para homens e 43,9 anos para mulheres). A composição familiar é de 3 a 4 pessoas, para 53% dos entrevistados; 1 a 2 integrantes para 34% das famílias; e 5 e 6 integrantes por família, 13%.

Cerca de 57% dos agricultores familiares não chegaram a finalizar o ensino fundamental. No assentamento há uma escola que oferece a educação básica no nível fundamental e médio no período diurno, o que não possibilita aos adultos estudarem devido ao trabalho na propriedade. Os agricultores familiares (93%) participam de alguma atividade na comunidade, seja ela, na igreja, na associação e nas diretorias administrativas do Bonjaguá.

A área das propriedades está dividida em pastagem, área de preservação permanente (APP), reserva legal e quintal com pomar. A média de cada lote se encontra com uma área de 30,66 hectares, dividida na maior parte (94,13%) com 28,86 hectares de pastagens, que em sua maior parte, se encontram degradadas. Porém, os agricultores estão realizando a reforma das pastagens de forma gradativa. Das 30 propriedades visitadas, 20 têm reservas protegidas, com média de 1,1 hectare de APP e reserva legal (0,7 ha). Nesse caso, a principal atividade econômica é a pecuária que está presente em todas as propriedades do Assentamento, sendo 83% pecuária de cria e recria e 17% pecuária leiteira.

De acordo com os agricultores familiares, os mesmos estão passando por dificuldades devido ao alto custo de produção e a desvalorização do preço do gado. Apesar das dificuldades enfrentadas, 80% dos agricultores familiares não tem interesse em mudar de atividade, pois estão obtendo estabilidade na propriedade. Além disso, 20% dos agricultores teriam interesse em trabalhar com outra atividade para obter outra forma de renda ou até mesmo agregar valor em sua atividade dentro da propriedade. A maioria dos que têm interesse em mudar de atividade é quem trabalha com a pecuária leiteira.

Os agricultores familiares que não trabalham com a pecuária de leite, citaram a possibilidade de trabalhar com outra atividade ou o arrendamento de sua propriedade. Vale ressaltar que nos dias atuais há um crescente aumento de sítios que estão sendo destinados a lavouras onde os agricultores estão arrendando suas propriedades para o plantio de soja, milho devido a dificuldades

em manter a pecuária.

A renda dos agricultores em sua maioria não provém somente da propriedade, 67% possuem outra fonte de renda. Dos 67% que obtêm renda extra, 45% são de prestação de serviço, como diaristas em fazendas vizinhas; 40% são de aposentadorias; e 15% são servidores públicos que realizam atividades no próprio Assentamento, sendo professor, motorista, zelador, cozinheira, agente de saúde dentre outras funções.

Foi constatado que boa parte dos agricultores familiares (66,6%) já conseguiram acessar alguma linha de crédito e 53% já receberam alguma informação técnica e especializada sobre linha de crédito e financiamento. Dentre os agricultores, 66,67% dos que obtiveram alguma linha de crédito e financiamento foram através do Banco do Brasil e da Cooperativa Sicredi Norte, nos anos de 2014 e 2021. Observou-se que a porcentagem de adesão aos períodos é algo atípico, pois no ano de 2018 nenhum dos agricultores realizaram algum tipo de financiamento.

Por outro lado, há agricultores que não realizaram nenhum tipo de linha de crédito por não terem documentação da propriedade. Outros relataram que não realizaram a busca por crédito por terem já uma estabilidade financeira e que não tem novos projetos para investimentos.

Assistência técnica e extensão rural no Assentamento Bonjaguá

O serviço de ATER não chega a todo o público no Assentamento Bonjaguá, somente 33% dos agricultores familiares recebem algum tipo de serviço técnico e a grande maioria, 67%, não tem acesso aos serviços de ATER. As instituições que realizam o acompanhamento dos 33% dos agricultores familiares no Bonjaguá são a Secretaria Municipal de Agricultura de Marcelândia, a Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Dos agricultores familiares que recebem ATER, 90% estão satisfeitos com o serviço prestado e 10% estão insatisfeitos. Os entrevistados relatam a insatisfação devido não haver projetos “sólidos” que garantem uma continuidade de assistência e que não há projetos contínuos para que possam aderir aos programas de ATER. As visitas não tem uma periodicidade, nem um pré-agendamento para o acompanhamento da propriedade. Os agricultores que recebem ATER destacam que o serviço recebido é muito importante na tomada de decisões e planejamento da propriedade.

Os agricultores familiares que não recebem ATER foram questionados se gostariam de receber os serviços. Um total de 95% dos agricultores teria interesse em receber os serviços de ATER.

Para os agricultores familiares entrevistados, o maior problema relacionado à assistência técnica e extensão rural no município de Marcelândia se dá pela

falta de investimento na agricultura familiar, como a contratação de técnicos para a realização do trabalho em campo.

Discussão

Historicamente no Brasil, os agricultores familiares sempre foram marginalizados no acesso à ATER (CASTRO, 2015). Geralmente os assentamentos rurais em Mato Grosso são criados distantes dos centros urbanos, como o Bonjaguá, em Marcelândia. O município de Marcelândia possui uma área territorial de grande extensão, essa realidade dificulta o atendimento dos agricultores desta localidade. Além disso, o número de técnicos e de infraestrutura em Marcelândia é insuficiente para atender a todos os agricultores familiares do município e do Assentamento Bonjaguá. O município conta com um técnico da EMPAER que é lotado no polo do município vizinho de Cláudia - MT, com um técnico agrícola e um veterinário da secretaria de agricultura do município.

Em uma pesquisa realizada no nordeste paranaense, Gomes, Guimarães e Porro (2017), revelaram que 70,8% dos agricultores não recebem ATER, contexto semelhante ao Assentamento Bonjaguá. A insuficiência de assistência técnica não é exclusiva do Brasil. Na África do Sul, um estudo realizado por Sikhweni e Hassan (2013), demonstrou que a falta de serviços de extensão é um problema enfrentado por pecuaristas que criam gado em pequena escala. Apesar da importância histórica, os agricultores familiares receberam, ao longo do tempo, pouca atenção do poder público, sendo por várias vezes negligenciados (CASTRO, 2015).

Para a resolução dessa problemática, faz-se necessário fortalecer as instituições públicas de ATER e a união entre a Secretaria de Agricultura, a EMPAER, o Sebrae, a Universidade ou Escola e os técnicos. Compartilhar conhecimento e realizar pesquisas para suprir as demandas dos agricultores familiares do município é de suma importância. Além disso, outra alternativa seria viabilizar a contratação de mais técnicos que possam de fato ir ao campo e buscar, de forma gradativa e coletiva, o atendimento dos agricultores familiares até que consiga atender o maior número possível. Também, se faz necessária a promoção de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, educação do campo com cursos profissionalizantes que, de modo geral, possam viabilizar a pesquisa e incentivar novos pesquisadores e promotores do conhecimento.

Apesar dessa problemática, os agricultores familiares que recebem os serviços de ATER no Bonjaguá destacam a sua importância, em especial para a tomada de decisão referente às atividades produtivas. O agricultor familiar, quando recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda total, incluindo a de autoconsumo, superior ao custo de oportunidade do trabalho, o que viabiliza a atividade (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). O apoio e a obtenção de conhecimento adquirido pelos agricultores familiares através dos técnicos

fazem com que eles tenham a certeza de estarem produzindo de forma correta.

Os programas de assistência técnica extensão rural são cruciais para a redução da pobreza, pois são o impulso para o aumento da produtividade nas atividades agrícolas em muitos países (MAULU *et al.*, 2021). No Brasil, as ações de ATER evidenciam a efetividade enquanto instrumento de geração de renda (ROCHA JUNIOR *et al.*, 2020). No estudo realizado por Rocha Junior *et al.* (2020), os resultados obtidos evidenciaram acréscimo estatisticamente significativo de R\$ 490,54 sobre a renda mensal dos agricultores familiares devido à utilização de ATER.

Além da melhora na renda das famílias agricultoras, a ATER mantém os agricultores familiares atualizados com novos conhecimentos e habilidades para enfrentarem os desafios emergentes em suas atividades agrícolas (MAULU *et al.*, 2021).

Considerações finais

Com a pesquisa realizada, foi possível verificar a situação atual dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Assentamento Bonjaguá, em Marcelândia - MT, buscando preencher a lacuna de estudos referentes à ATER, no município.

Em suma, se pode afirmar que os agricultores familiares do Bonjaguá, 67% não recebem frequentemente serviços de ATER, pois há indisponibilidade desses serviços por parte dos órgãos competentes. No município de Marcelândia há poucos técnicos e responsáveis pelo desenvolvimento dos serviços de ATER, faltando investimento público para suprir a necessidade dos agricultores familiares do assentamento Bonjaguá. Ademais, não existem projetos sólidos que garantem uma continuidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Assentamento.

Novos estudos devem ser realizados para avaliarem as causas da falta de ATER frequente no Assentamento, com o objetivo de propor soluções que contribuam para a resolução dessa problemática, que permitam que os agricultores participem da identificação de soluções aos seus problemas.

Referências

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, v. 5, n. 10, p.312-347, 2003.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília: IPEA, n. 12, p.49-59. 2015.

DAWANNE, G.; JAMILLY, G.; ROBERTO, P. Acesso à ater e os principais problemas técnicos enfrentados pela agricultura familiar no nordeste paraense. In:

Silva et al.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRARIAS, 2., 2017, Natal, RN. **Anais[...]** Natal: COINTER-PDVAgro, 2017. p. 1-8.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE, Instituto de Geografia e Estatística. **Agricultura Familiar**. Censo agropecuário 2017. Disponível em https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf Acesso: 10 nov. 2022.

IBGE, Instituto de Geografia e Estatística. **Cidades 2020**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/marcelandia/panorama> Acesso: 14 nov. 2022.

LABARTHE, P; LAURENT, C. Privatization of agricultural extension services extension program in the EU: Towards a lack of adequate knowledge for small-scale farms? **Food Policy**, v. 38 n. 1, p.240–252. 2013.

MAULU, S; HASIMUNA, O. J; MUTALE, B; MPHANDE, J; SIANKWILIMBA, E. Enhancing the role of rural agricultural extension programs in poverty alleviation: A review. **Cogent Food & Agriculture**, v.7 n. 1, p.1-13. 2021.

PYE-SMITH, C; RÖLINGS, N; HOFFMANN, V; DAVIS, K; FRANCIS, J; MAATMAN, A; WOPEREIS-PURA, M; DOUDET, J; GAMBIER, S; DEGRAVE, A; LEROY, S; BODICHON, J; DUNN, D. **Agricultural extension, a time for change, linking knowledge to policy and action for food and livelihoods, policy pointers**, S. Beccio/IFA D, CTA. 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10568/75389> Acesso: 14 nov. 2022.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA JUNIO, A. B.; SILVA, R. O.; PETERLE NETO, W.; RODRIGUES, C. T. Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, p.1-16. 2020.

SANDES, L. C. M; TENÓRIO, P. P. A Pnater: reflexões sobre os seus princípios e objetivos a partir da percepção de extensionistas rurais do município de Paulo Afonso, Bahia. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, p.915-925. 2020.

SPANHOLI, M. L.; DALFOVO, W. C. T.; SILVA, M. J. O Desenvolvimento Socioeconômico e Produtivo em Assentamentos Rurais de Dois Municípios da Região Norte de Mato Grosso à Luz das Políticas Públicas. UNEMAT, 2015. Disponí-

vel em: <http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/9nabienal/mesas/MESA%203/06%20b.%20Mariane%20Junges%20da%20Silva.pdf> Acesso: 19 fev. 2024.

SIKHWENI, N. P.; HASSAN, R. Opportunities and challenges facing small-scale cattle farmers living adjacent to Kruger National Park, Limpopo Province NP Sikhweni and R Hassan Corresponding Author: NP Sikhweni. **Journal of Emerging Trends in Economics and Management Sciences**, v. 5, n.1, p.38–43. 2013.

SILVA, O. D. **O que é extensão universitária?** 1997. Disponível em: <https://www.cientificocultural.com/ECC3/oberdan9.htm> Acesso: 14 nov. 2022.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. 1. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2000.